

A Cooperação a Nível das Bibliotecas

Thereza de Sã Carvalho
Bibliotecária
Vice-Diretora da Biblioteca Central
Universidade Federal da Bahia

1 INTRODUÇÃO

Em novembro de 1977, aqui em Fortaleza, houve a I Reunião de Diretores de Bibliotecas Centrais das Universidades Federais do Nordeste. Não temos notícia do que ocorreu depois daquele oportuno evento, talvez pela ausência de um entrosamento maior entre as bibliotecas então participantes.

É, agora, louvada a iniciativa dos senhores organizadores deste II Encontro de Reitores das Universidades do Nordeste ao colocarem, em seu temário, *a cooperação a nível das bibliotecas*, assunto que tenho a honra de apresentar em nome da Universidade Federal da Bahia.

A inclusão desse tema vem demonstrar a sensibilização de autoridades maiores para com a problemática das bibliotecas universitárias brasileiras, particularmente as do Nordeste; vem, ainda, evidenciar o significado da biblioteca no contexto social, o que se tenta valorizar no Brasil, sobretudo a partir da década de 60, com a Reforma Universitária.

Agora, há também uma esperança: a de que as intenções deste Encontro se transformem em compromissos reais para um alcance de metas

Comunicação apresentada ao II Encontro de Reitores das Universidades do Nordeste, Fortaleza, 1 e 2 de outubro, 1981.

com objetividade. Desse modo, poderão ser evitadas a descontinuidade e a dispersão de propósitos e ações, que teriam acontecido após aquela I Reunião de Diretores de Bibliotecas Centrais, em 1977.

2 A COOPERAÇÃO ENTRE BIBLIOTECAS

Sendo a biblioteca um meio básico para toda instituição cultural, no caso a universidade, atingir os seus objetivos, é necessário estar sempre preparada para exercer a sua função de órgão intermediário da informação a uma comunidade. Para isso, terá que contar não apenas com recursos próprios adequados, mas também, com recursos provenientes de um trabalho simultâneo e programado com entidades congêneres.

A cooperação entre bibliotecas torna-se cada dia mais imprescindível em conseqüência de vários fatores, tais como: a crescente produção da literatura especializada, causa e efeito do avanço científico e tecnológico no mundo moderno; a grande demanda da informação bibliográfica proveniente, sobretudo no Brasil, da expansão do ensino e da pesquisa nas universidades; a insuficiência de recursos específicos para a aquisição, o tratamento e, por conseguinte, a real utilização do material bibliográfico, particularmente nas regiões menos desenvolvidas. Motivos como esses vêm comprovar que nenhuma biblioteca, por melhor equipada que pareça estar, poderá sobreviver ou se tornar elemento de utilidade quando atua isoladamente. A sua interligação, o seu intercâmbio com órgãos afins é indispensável ao desempenho das suas atribuições, visando o desenvolvimento de uma comunidade.

A eficiência da cooperação entre bibliotecas dependerá especialmente de:

- a) existência de uma política para a determinação de programas a serem cumpridos a nível local, regional, nacional e internacional;
- b) adequação desses programas com a realidade social em que se inserem os órgãos participantes;
- c) infra-estrutura básica para que esses órgãos possam executar as tarefas que lhes são próprias;
- d) sensibilização da comunidade para com os programas oferecidos;
- e) continuidade e aprimoramento desses programas.

2.1 PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

A cooperação, ainda que não programada, teve início desde quando as bibliotecas se propuseram a não apenas preservar mas também a enfatizar a utilização dos seus acervos.

A nível internacional, foi oficializada pela UNESCO quando criou o Sistema Mundial de Informação em Ciência e Tecnologia (UNISIST) nos anos 60, e incentivou o estabelecimento de Sistemas Nacionais de Informação (NATIS) nos anos 70, visando, com isso, programar o acesso e normalizar o tratamento da informação.

No Brasil, a cooperação entre bibliotecas já se fazia desde os anos 50. Era o então IBBD (Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação), hoje IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), um dos responsáveis por tal iniciativa. A partir de 1973, porém, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) propôs o estudo da sistemática sugerida pelo UNISIST, em função dos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Somente em 1975, entretanto, aquele estudo foi levado adiante por intermédio do IBICT e da Biblioteca Nacional. Desde então, tenta-se definir uma política de informação e cooperação interbibliotecária no Brasil através de trabalhos específicos do próprio IBICT e da CAPES que, atualmente, assumem a coordenação de programas propostos pelo UNISIST e se preocupam com a criação do NATIS brasileiro.

2.2 PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO PARA AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS

Os programas de cooperação, de interesse das nossas bibliotecas universitárias, são, obviamente, relativos a serviços básicos que lhes competem executar, tanto do ponto de vista sistêmico quanto setorial. Desse modo, para que se integrem em qualquer programa cooperativo, útil à comunidade a que servem, devem estar atuando com determinada eficiência, visando particularmente:

- a) o atendimento e a orientação ao usuário;
- b) o tratamento padronizado do material informacional;
- c) a seleção, aquisição e atualização do acervo bibliográfico básico.

2.2.1 O atendimento e a orientação ao usuário

Se uma biblioteca ou rede de bibliotecas universitárias tem condições de oferecer adequadamente ou tenta aprimorar os seus serviços de referência e pesquisa bibliográfica, de documentação, de empréstimo, de orientação quanto ao uso do seu acervo, está apta a integrar ou usufruir de programas cooperativos ou de intercâmbio, desenvolvidos para um melhor atendimento ao usuário. Dentre esses programas, destacam-se os promovidos através de convênios ou acordos com:

- o IBICT - para a disseminação e a transferência da informação em diversas áreas de conhecimento;
- a BIREME (Biblioteca Regional de Medicina, da Organização Panamericana de Saúde e Escola Paulista de Medicina) - para o atendimento na área das ciências biomédicas;
- a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agro-Pecuárias) e a BINAGRI (Biblioteca Nacional de Agricultura) - para o atendimento na área das ciências agrícolas;
- a CAPES, através do COMUT - programa de comutação bibliográfica, recentemente implantado, atingindo todas as áreas de conhecimento;

a REBINNE (Rede de Bibliotecas Universitárias do Norte e Nordeste), em projeto de implantação - para o fortalecimento da informação bibliográfica computadorizada nessas regiões, sendo previsto pela SEI, TELEBRAS e pelo MEC/ SESU, como um dos produtos do CEPINNE;

a BICENGE (Biblioteca Nacional de Engenharia), também em fase de implantação - para o atendimento na área da engenharia.

Além desses programas, porém, toda biblioteca universitária, ao exercer as atribuições que lhe são pertinentes, pode, ainda, recorrer ao intercâmbio extra-oficial com entidades afins, tanto a nível nacional quanto internacional.

2.2.2 O tratamento da informação

A eficiência do atendimento e da orientação ao usuário, entretanto, está na dependência da organização e acessibilidade do material informativo.

Se uma biblioteca ou rede de bibliotecas universitárias procura obedecer normas padronizadas para o tratamento técnico do seu acervo, visando o controle, a divulgação e a utilização do mesmo, pode participar ou usufruir de programas nacionais criados com esse objetivo. Entre eles destacam-se:

- a) com relação às *publicações periódicas* - através dos dados informativos constantes do Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos, organizado e publicado pelo IBICT com relativa atualização, de forma interdisciplinar ou por áreas de conhecimento;
- b) com relação às *publicações não-periódicas* - através dos diversos catálogos de bibliotecas, apresentados tanto manualmente quanto de forma automatizada. No que se refere à automação desses catálogos, conta-se ainda com o recente modelo nacional criado para o registro da informação, o Formato MINICALCO, resultante de um trabalho conjunto do IBICT, de bibliotecas universitárias e da Fundação Getúlio Vargas, com base no Formato CALCO que, por sua vez, provém do internacional MARC II.

Além desses instrumentos de controle e acessibilidade do material informacional, a biblioteca universitária pode também contar com recursos próprios ou com os utilizados por órgãos congêneres para a divulgação dos seus acervos, procurando evitar, porém, a duplicação de esforços com as mesmas finalidades.

2.2.3 O acervo básico

A cooperação ou o intercâmbio, nos sentidos aqui expostos, dependem, fundamentalmente, da qualidade do acervo da biblioteca integrante de um sistema. Essa qualidade decorre, sobretudo, da existência de uma política de aquisição que vise:

- a) observar os reais interesses, necessidades e condições de cada universidade;
- b) aprimorar os programas de ensino, pesquisa e extensão universitária;
- c) criar um grupo interdisciplinar, composto por membros do corpo docente e técnico-bibliotecário de cada universidade para, através de criteriosa seleção e avaliação, promover o melhoramento e a atualização das suas coleções básicas;
- d) centralizar o processamento da aquisição e programá-la, eficientemente, por compra, doação ou permuta;
- e) providenciar uma orçamentação adequada para, através de recursos próprios ou mediante convênios, adquirir o material selecionado para compra;
- f) divulgar, periodicamente, o acervo adquirido e o disponível para doação e permuta;
- g) informar à comunidade universitária e apreciar as suas sugestões sobre os procedimentos da aquisição.

O estabelecimento de uma política dessa natureza, além de qualificar o acervo de uma biblioteca universitária, possibilita a criação de programas de aquisição planejada ou cooperativa entre instituições que se proponham a realizar tal empreendimento, objetivando a contenção da duplicidade de recursos e de esforços numa mesma direção.

Projetos com essa finalidade já se tenta implantar, a nível estadual, no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, e, já foram motivo de estudo na Bahia e em Pernambuco.

Realmente, é de grande utilidade a formação de um programa de aquisição planejada ou cooperativa entre as bibliotecas universitárias de uma região carente como o Nordeste. Para isso, entretanto, tornam-se necessários compromissos verdadeiros para o estabelecimento dos deveres e atribuições de cada participante, como também, a observação fiel dos programas e características de cada universidade, por áreas de conhecimento acadêmico, a fim de que caiba, a cada qual, adquirir aquelas coleções que, sem dúvida, são essenciais para o seu desenvolvimento.

Uma aquisição planejada, voltada fundamentalmente para os acervos de periódicos, vai contribuir para o fortalecimento dessas coleções que, sendo de elevado custo e de grande produção, apresentam-se sempre descontínuas. Estudos que a prof^a Gilda Braga, do IBICT/Rio de Janeiro, vem realizando, podem comprovar tal afirmação.

3 CONCLUSÕES

A planificação da aquisição de periódicos no Nordeste é um excelente meio para a integração regional de suas bibliotecas universitárias, e para a participação mais efetiva das mesmas em outros programas cooperativos de amplitude nacional. Para que isso se realize, é, então, importante existir na Região:

- um núcleo que defina e coordene a aquisição planejada ou cooperativa;

- a melhoria de recursos materiais e humanos para a execução de tal programa.

Nesta oportunidade, gostaríamos de informar que a Universidade Federal da Bahia, além de participar de programas cooperativos de âmbito nacional, se propõe, desde já, a uma integração regional de forma objetiva. Com esse intuito, damos conhecimento de atividades recentes que se acham em desenvolvimento no nosso sistema de bibliotecas:

- automação do catálogo coletivo de livros existentes na Universidade;
- avaliação das coleções de periódicos assinados, contando com o apoio do corpo docente universitário;
- complementação de coleções básicas de livros e periódicos, graças à verba fornecida pela FINEP, através de convênio recentemente aprovado.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- CUNHA, Maria Luiza Monteiro da. Bibliotecas universitárias em sistemas nacionais de informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9. Porto Alegre, jul. 1977. *Anais*. v. 2, p. 67-92.
- FERREIRA, Gilda Pires. *A biblioteca universitária em perspectiva sistêmica*. Recife, Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco, 1977. 43p.
- GELFAND, Morris A. Política de aquisição em bibliotecas universitárias: planos e programas individuais e cooperativos de formação de acervos. *Revista de biblioteconomia de Brasília*, 2 (2): 155-65, 1974.
- MIRANDA, Antonio. *Estruturas de informação e análise conjuntural: ensaios*. Brasília, Thesaurus, 1980. 169p.
- . *Planejamento bibliotecário no Brasil: a informação para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; Brasília, Editora da Universidade, 1977. p. 1-76.
- PENNA, Carlos Victor. *Planejamento de servicios bibliotecarios y de documentación*. 2 ed. rev. aum. Madrid, Oficina de Educación Iberoamericana; Paris, Unesco, 1970. p. 21-111.
- SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS; 2. Brasília, jan. 1981. *Relatório geral*. Elaborado por Marietta Telles Machado. 16p. mimeogr.

SUMMARY

This article deals with a number of problems that face Brazilian university libraries, particularly the ones in the Northeast region of the country.

It shows the importance of the library in the social context, mainly after the university reform in the 1960's.

It mentions existing programs for inter-library cooperation, at both national and international levels.

Concerning the universities in the Northeast, it suggests the establishment of a general

policy essentially dedicated to the formation of bibliographical resources in a carefully planned, cooperative way, so that unnecessary duplication of resources can be avoided and greater informational change can be established in this poorer region of the country.

RÉSUMÉ

Sur les problèmes auxquels font les bibliothèques universitaires brésiliennes et plus particulièrement celles du Nord-Est.

Met en évidence l'importance de la bibliothèque dans le contexte social, surtout à partir de la réforme universitaire des années 60.

Mentionne les programmes déjà existants concernant la coopération inter-bibliothèques, au niveau national et international.

Suggère, pour les universités du Nord-Est, la création d'une politique orientée, essentiellement, vers la formation de dépôts bibliographiques de façon planifiée ou coopérative, afin que la répétition des moyens soit évitée et qu'un échange d'informations dans cette région nécessiteuse soit établi.